



O deputado Julio Lopes durante participação no evento

Combate às bets ilegais no centro do debate político em Brasília

Coordenador da Comissão Externa do Brasil Legal, o deputado Julio Lopes (PP) participou nesta segunda-feira, às 19h, de debate promovido pelo Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR), na Casa Jota, em Brasília, sobre os prejuízos provocados pelas bets ilegais. O parlamentar defendeu a cooperação entre agências reguladoras, Ministério da Fazenda e órgãos policiais, além de campanhas de conscientização e mudanças legislativas para endurecer o combate às plataformas clandestinas. Julio também cobrou o avanço da discussão sobre as perdas financeiras atribuídas ao mercado ilegal, que, segundo estudo citado por ele, chegam a 44%. O deputado chamou atenção ainda para o avanço das apostas no Rio: dados do Ministério da Fazenda apontam 1,8 milhão de apostadores no município em junho. Julio lembrou que o estado já possui programa voltado ao atendimento de pessoas afetadas pelo transtorno relacionado ao jogo.

Nata da medicina no Laranjeiras

O governador em exercício do Rio, desembargador Ricardo Couto, reuniu a nata da medicina e da gestão pública, em jantar no Palácio Laranjeiras, para o encerramento do 64º Congresso Científico promovido pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE). O encontro contou com a presença do ministro da Saúde, Alexandre Padilha; e dos expoentes da medicina paulistana, cardiologistas Roberto Kalil e Ludhmila Hajjar; e o coordenador de inovação da USP, Giovanni Cerri.



Evento que reuniu o ministro da Saúde, Alexandre Padilha

Inovação na Saúde

O tema das conversas foi a inovação na saúde. Nas palavras de Padilha, a revolução tecnológica precisa ser incorporada ao sistema público de saúde para fazer sentido diante do investimento que representa para o país. Na prática, o Governo do Estado espera o apoio federal ao projeto de financiamento de R\$ 600 milhões junto ao BNDES para a expansão do HUPE. O secretário de Estado de Saúde, Ronaldo Damião, foi apontado pelo Ministro Alexandre Padilha, como um dos responsáveis pelo restabelecimento da reputação da medicina do Rio.

TJRJ julga mais de 1 milhão de processos

Em processo de constante modernização, o TJRJ julgou 1.019.034 processos e proferiu 1.564.257 decisões nos primeiros seis meses do ano, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A marca é acompanhada por uma queda significativa na taxa de congestionamento do tribunal, consolidando o avanço da eficiência, com apoio de novos sistemas e ferramentas, nos serviços prestados aos cidadãos fluminenses.

Reforço Federal

A autorização do Tribunal Superior Eleitoral para o emprego de forças federais nas Eleições de 2026 foi considerada pelo presidente do TRE-RJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, um importante reforço à estratégia de segurança montada para garantir o livre exercício do voto no Rio de Janeiro no dia 4 de outubro.

Mobilização Especial

Segundo Claudio de Mello Tavares, a confiança na atuação das forças estaduais permanece, mas a dimensão da eleição exige uma mobilização excepcional. São cerca de 5 mil locais de votação funcionando simultaneamente no estado. Para o presidente do TRE-RJ, o reforço federal amplia a capacidade de proteção desses espaços.

Aprovação Unânime

O pedido de envio das forças federais ao Rio de Janeiro foi aprovado por unanimidade pelo TSE, em sessão administrativa. A solicitação já havia recebido aval do Colegiado do TRE-RJ, em julho, após manifestação favorável do Governo do Estado. A medida agora reforça o planejamento eleitoral para o pleito de outubro.

Controle Territorial

Para o presidente do TRE-RJ, o apoio federal ganha importância diante das características do estado e da existência de áreas submetidas ao controle territorial de organizações criminosas. A preocupação, segundo ele, não se limita a episódios ostensivos de violência, mas também a possíveis formas de intimidação e constrangimento.

Voto Livre

A estratégia de prevenção adotada pelo TRE-RJ também prevê atuação integrada com órgãos de segurança e inteligência, transferência de locais de votação situados em áreas de alto risco e compartilhamento institucional de informações. O objetivo é assegurar que o eleitor possa votar sem intimidação ou interferência.

Etapas Operacionais

As forças federais empregadas nas eleições presidenciais são formadas por militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica brasileira. Após a autorização do TSE, o pedido segue para o Ministério da Defesa, responsável pelo planejamento e execução da operação. Depois, o TRE-RJ alinhará os detalhes com o Comando Militar do Leste.



Próximo encontro de Elias Rosa deve ser nos Estados Unidos

Brasil: tarifaço é incompatível com práticas comerciais

Em primeira reunião sobre tarifas, ministros defendem o Pix

Por **Gabriela Gallo**

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, e o ministro de Relações Exteriores (MRE), Mauro Vieira, se reuniram por videoconferência nesta segunda-feira (31) com o representante comercial do governo dos Estados Unidos (USTR), Jamieson Greer, para discutirem sobre as tarifas de 25% e 37,5% impostas pelo governo americano ao Brasil.

Os governos concordaram em se reunir mais vezes para discutir sobre o assunto. A expectativa é que o próximo encontro para discutir sobre o tarifaço a produtos brasileiros ocorra presencialmente nos Estados Unidos ao final de setembro, mas ainda não há data fixada para o encontro.

Esta foi a primeira vez que representantes de ambos os países se reuniram para discutir sobre o tema desde que os EUA implementaram as sobretaxas, em 22 de julho. O encontro foi marcado após ligação entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Donald Trump (Republicano). Apesar de não terem chegado a um consenso, tampouco terem acertado medidas práticas contra as ta-

rifas impostas, o encontro foi relevante para mostrar que a diplomacia e os canais de comunicação entre Brasil e Estados Unidos seguem abertos.

No encontro, os ministros brasileiros descartaram qualquer negociação contra o Pix e reiteraram que mudanças para o modelo de transferência instantânea não serão negociadas. Segundo Elias Rosa, em conversa com a imprensa após a reunião, os representantes de ambos os países não conversaram sobre o recurso do Brasil contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em nota conjunta divulgada a para imprensa, o MRE e o MDIC destacaram que “o lado brasileiro reafirmou estar aberto ao diálogo com as autoridades norte-americanas, em linha com os históricos laços de amizade e de comércio mutuamente benéfico que marcam as relações entre os dois países”.

“Os ministros reiteraram, ademais, que o governo brasileiro não concorda com as medidas unilaterais impostas contra o país, que não são compatíveis com as regras multilaterais de comércio. Uma vez mais, indicaram que as justificativas não correspondem às efetivas práticas brasileiras”, completou.